MONITORAMENTO DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS

ELOISA DUTRA CALDAS
Ph.D. e professora titular de Toxicologia na Universidade de Brasília (UnB)

APESAR DAS limitações orçamentárias, o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) aumentou os pesticidas, as amostras e os alimentos analisados. O número de amostras ainda é pequeno para a dimensão do País.

Em relação aos resultados, as estatísticas são comparáveis com as dos EUA e da Europa em termos de percentual de amostras com presença de algum resíduo acima do Limite Máximo de Resíduo (LMR) ou uso não registrado para a cultura. No Brasil, como em outros países, o segundo caso é mais frequente.

Quando o tema são resíduos em alimentos, a principal área de pesquisa é a dos métodos de análise, principalmente de multirresíduos. Alguns pesticidas precisam de métodos específicos, como o glifosato, por exemplo. Poucos laboratórios dedicam-se a essa área, devido ao alto custo. Outra deficiência ocorre com a avaliação de risco na dieta, em que somente o Laboratório de Toxicologia da UnB trabalha de maneira sistemática.

A Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), avalia o consumo de alimentos da população para fins de risco nos indivíduos a partir de dez anos. Como a pesquisa não é feita abaixo desta faixa etária, a avaliação de risco fica mais crítica e limitada no País.

Os resultados do PARA apresentam um grande número de amostras com resíduos de pesticidas não registrados para a cultura. É importante um trabalho de informação constante para que os pequenos agricultores se beneficiem das novas inclusões e se inseriram na legalidade.

Nos resultados da avaliação de risco crônico, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) utiliza o LMR para medir a concentração de resíduos. Este método não é real, pois superestima a exposição dos indivíduos ao assumir que os pesticidas usados nos alimentos têm registro de uso, sem considerar se são processados e têm resíduos no nível do LMR.

Na maioria dos países, a avaliação de risco crônico no processo de registro utiliza o valor mediano dos resíduos encontrados nos estudos de campo. Esta é a estratégia usada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) para subsidiar as decisões do Codex Alimentarius na fixação do LMR internacional.

A avaliação de risco depende das limitações dos dados, do método para estimar a exposição e do nível de conservadorismo. Mesmo a Ingestão Diária Aceitável (IDA) tem incertezas. Na comunicação dos resultados do PARA, a Anvisa apenas reportava o percentual de resíduos encontrados, os alimentos e as irregularidades. Alguns setores da sociedade inferiam conclusões sem base científica.

Para dar mais confiança à sociedade, a Anvisa incluiu a avaliação de risco na sua comunicação. No alimento, a presença de resíduos de pesticidas, mesmo se acima do LMR e sem registro, pode não significar risco para a saúde, de acordo com estudos feitos no Laboratório de Toxicologia.

Não se deve deixar de comer uma salada mesmo que os seus ingredientes tenham sido tratados com pesticidas no campo. Os benefícios do consumo de frutas e vegetais para evitar vários tipos de câncer são maiores do que os potenciais riscos relacionados à presença de resíduos de pesticidas. ■